

Economia Solidária como Alternativa para o Desenvolvimento Sustentável no Setor Agroalimentar

Solidarity Economy as an Alternative for Sustainable Development in the Agri-food Sector

Gláucia Santos Dias de Azevedo¹
Maria Regina Sarkis Peixoto Joele²
Maria José de Souza Barbosa³
Adebaro Alves dos Reis⁴
Antonio Jorge Paraense da Paixão⁵

Área Temática 06: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo explora a Economia Solidária como alternativa viável ao desenvolvimento sustentável no setor agroalimentar, contrastando-a com o modelo agroindustrial hegemônico, que agrava crises ambientais, sociais e econômicas. Assim, a Economia Solidária, com seus princípios de autogestão, cooperação e comércio justo, surge como um paradigma transformador. Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática e análise qualitativa de referências teóricas e empíricas, com foco em contribuições ambientais, sociais e econômicas, e valorizando as experiências amazônicas, portanto, a análise baseia-se na compreensão de que as práticas convencionais são insustentáveis e marginalizam os saberes locais. Os resultados indicam que a Economia Solidária oferece um caminho promissor para reorientar o setor agroalimentar, apesar de desafios como a concorrência desigual, deficiências logísticas e barreiras no acesso a políticas públicas, as iniciativas solidárias na Amazônia demonstram capacidade de conciliar geração de renda, conservação ambiental e resgate de saberes tradicionais. Conclui-se que a realização do potencial da Economia Solidária, para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, depende do fortalecimento de arranjos institucionais e de políticas públicas adaptadas às suas especificidades.

Palavras-Chave: Economia solidária, Agroalimentar, Agroecologia, sustentabilidade.

Abstract

This article explores Solidarity Economy as a viable alternative for sustainable development in the agri-food sector, contrasting it with the hegemonic agro-industrial model that exacerbates environmental, social, and economic crises. The study is based on the understanding that conventional practices are unsustainable and marginalize local knowledge. Solidarity Economy, with its principles of self-management, cooperation, and fair trade, emerges as a transformative paradigm. The methodology

¹ Instituto Federal do Pará-IFPA; glaucia.azevedo@ifpa.edu.br

² Instituto Federal do Pará-IFPA; regina.joele@ifpa.edu.br

³ Universidade Federal do Pará-UFPA; mjsb.ufpa@gmail.com

⁴ Instituto Federal do Pará-IFPA; adebaro.reis@ifpa.edu.br

⁵ Instituto Federal do Pará-IFPA; antonio.paraense@ifpa.edu.br

employed a systematic literature review and qualitative analysis of theoretical and empirical references, focusing on environmental, social, and economic contributions, and highlighting Amazonian experiences. Results indicate that Solidarity Economy offers a promising path to reorient the agri-food sector. Despite challenges such as unequal competition, logistical deficiencies, and barriers to accessing public policies, solidarity initiatives in the Amazon demonstrate the capacity to reconcile income generation, environmental conservation, and the retrieval of traditional knowledge. It is concluded that the full realization of the Solidarity Economy's potential for building fairer and more sustainable food systems depends on strengthening institutional arrangements and public policies adapted to its specificities.

Key words: Solidarity Economy, Agri-food Sector, Agroecology, Sustainability.

1. Introdução

A crise estrutural do sistema agroalimentar hegemônico, caracterizado pela crescente concentração fundiária, uso intensivo de agrotóxicos, degradação ambiental e reprodução de desigualdades socioeconômicas têm acentuado a necessidade premente de alternativas sistêmicas. Como demonstra a literatura crítica recente, esse sistema revela-se estruturalmente incompatível com a sustentabilidade socioambiental em suas múltiplas dimensões.

Em Abramovay (2021) é possível desvelar o caráter financeirizado desse sistema, no qual alimentos são transformados em *commodities* especulativas, aprofundando desigualdades enquanto paradoxalmente convive com a insegurança alimentar. Essa crítica econômica soma-se aos alertas ecológicos de Altieri e Toledo (2011) sobre os custos ambientais do pacote tecnológico dominante devido seu arsenal de agrotóxicos e monocultivos que degradam solos e ecossistemas, particularmente na Amazônia. Enquanto Leroy et al. (2020) documentam o avanço da "boi pirâmide" sobre territórios tradicionais. Paralelamente, a análise de Shiva (2016) ao denunciar a violência epistêmica desse modelo que marginaliza os saberes tradicionais, secularmente desenvolvidos por comunidades locais para garantir sua soberania alimentar.

O cenário de múltiplas crises - ambiental, econômica, social e cultural - exige urgentemente a construção de paradigmas alternativos ao agronegócio convencional. Essas novas alternativas devem ser capazes de conciliar três objetivos fundamentais: garantir soberania e segurança alimentar, preservar os ecossistemas e assegurar dignidade aos trabalhadores rurais.

Nesse contexto crítico, a Economia Solidária se apresenta como caminho viável para reorientar o desenvolvimento do setor agroalimentar, baseando-se em princípios fundamentais como autogestão democrática, cooperação entre pares, comércio justo e preservação ambiental.

Para Singer (2018), a Economia solidária oferece respostas concretas aos desafios contemporâneos à produção e à distribuição de alimentos.

A relevância da Economia Solidária é particularmente evidente na Amazônia brasileira, região que reúne três características singulares: extraordinária biodiversidade, saberes tradicionais acumulados e graves ameaças socioambientais. Como demonstram Adebaro Reis (2021) e Romier Sousa (2022), em seus estudos sobre cadeias produtivas sustentáveis, uma abordagem que articula três dimensões inovadoras: o conhecimento ancestral das populações locais, a riqueza dos ecossistemas amazônicos e a inclusão produtiva de grupos historicamente marginalizados, nessa tríplice articulação, a Economia Solidária é colocada como alternativa, especialmente, promissora para o desenvolvimento regional sustentável.

O contraste com o agronegócio convencional é marcante, pois este último avança sobre biomas sensíveis, através de monoculturas extensivas, grilagem de terras e relações de trabalho frequentemente precarizadas. A Economia Solidária, ao contrário, fortalece circuitos curtos de comercialização, valoriza a agricultura familiar camponesa e promove práticas agroecológicas (Triches & Schneider, 2020).

Na Amazônia, portanto, à exemplo de Reis (2021), as pesquisas empíricas revelam como a abordagem relativa à Economia Solidária gera impactos socioambientais positivos, como pode ser observado, em práticas de cooperativas de castanha-do-Pará e açaí, as quais conciliam geração de renda digna com conservação florestal. Sousa (2022), por sua vez, analisa o papel estratégico das feiras agroecológicas urbanas na reconexão direta entre produtores rurais e consumidores urbanos, ressignificando as relações de produção e consumo.

A efetividade dessas iniciativas é potencializada quando articulada a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois estes têm se constituído em instrumentos cruciais para ampliar o acesso a mercados institucionais, especialmente, de comunidades ribeirinhas, extrativistas e indígenas (Borsatto & Carmo, 2022).

A resiliência desses arranjos foi particularmente evidente durante os anos mais críticos da pandemia de COVID-19, conforme documentado, tanto por estudos nacionais (Gaiger et al., 2020), quanto por pesquisas locais, como as de Sousa (2022), sobre as redes alternativas de comercialização de pescado artesanal no Pará.

Diante deste cenário complexo, este artigo se propõe a analisar como a Economia Solidária vem se consolidando como alternativa sustentável e socialmente inclusiva para a gestão de empreendimentos agroalimentares, além de mapear avanços e conquistas. Portanto, busca-se discutir os desafios estruturais enfrentados - como a concorrência desigual com grandes corporações agroindustriais, deficiências em infraestrutura e logística, e limitações no acesso a crédito e assistência técnica - bem como, oportunidades concretas para ampliar e qualificar essas iniciativas.

Por fim, argumenta-se que a realização do potencial transformador da Economia Solidária, no setor agroalimentar, depende da construção de redes econômicas, políticas, sociais e institucionais, a fim de favorecer a abertura de canais inovadores que possibilitem harmonizar, na prática, a produção de alimentos saudáveis, a garantia de direitos sociais fundamentais e a proteção dos ecossistemas amazônicos.

2. Metodologia

Para a elaboração deste artigo, adotou-se abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica sistemática, com análise de experiências concretas da Economia Solidária no setor agroalimentar amazônico. Desta forma, selecionou-se artigos que se considerou relevante para a compreensão da temática, os quais passaram a referenciar a análise decorrente da demonstração empírica, onde foi possível se observar arranjos produtivos caracterizados como empreendimentos de Economia Solidária, onde ocorrem, simultaneamente, conservação ambiental e inclusão social, na região amazônica, ou seja, mantendo o enfoque ambiental, social e econômico, como condição de desenvolvimento e geração de trabalho e renda sob a perspectiva de organização socioprodutiva das populações locais.

As fontes foram selecionadas e realizadas a partir de buscas nas plataformas Scielo, Google acadêmico, Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e repositórios institucionais da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), utilizando os descritores "economia solidária e agroalimentar", "agricultura familiar e Amazônia", "circuitos curtos e desenvolvimento sustentável". Estes descritores favorecem se criar um rol de trabalhos acadêmicos que passaram por exame crítico, tendo em vista, recolher, para fichamentos, somente aqueles que favorecessem explicação sobre a problemática-objeto da pesquisa.

O estudo baseou-se em um mapeamento das principais referências teóricas e empíricas que fundamentam a Economia Solidária como paradigma alternativo ao modelo econômico convencional, com especial atenção às contribuições seminais de Singer (2018) e Gaiger (2020). Esses autores oferecem perspectivas complementares que, em conjunto, proporcionam uma compreensão abrangente do fenômeno. Paul Singer, em sua obra de 2018, estabelece os princípios estruturantes desse modelo econômico alternativo, concebendo a Economia Solidária como um modo distinto de produção e distribuição, radicalmente diferente da lógica capitalista tradicional. Seu trabalho enfatiza quatro pilares fundamentais: a autogestão democrática como forma de organização do trabalho, a cooperação entre iguais como relação social básica, o comércio justo e solidário como mecanismo de troca, e a indissociável vinculação entre processos produtivos e reprodução da vida em sua plenitude. Singer oferece ainda uma contundente crítica ao capitalismo tradicional, propondo uma economia onde os trabalhadores sejam efetivamente donos dos meios de produção, rompendo com a alienação característica do trabalho assalariado.

Por outro lado, Gaiger (2020) complementa essa fundamentação teórica com uma robusta análise empírica, examinando a resiliência dos empreendimentos solidários em contextos de crise econômica e social. Seu trabalho desenvolve indicadores específicos para avaliar a sustentabilidade dessas iniciativas, tanto no aspecto econômico-financeiro quanto nas dimensões social e ambiental. Gaiger avança ainda na análise das contradições cotidianas que emergem na tensão entre princípios e prática concreta nas cooperativas e associações, oferecendo uma tipologia detalhada das diversas formas de organização solidária encontradas no território nacional. Sua abordagem permite compreender como os fundamentos teóricos se materializam - ou não - na realidade complexa dos empreendimentos populares.

A abordagem buscou identificar tanto as convergências teóricas entre os diversos autores quanto as contradições internas de cada perspectiva, avaliando criticamente sua aplicabilidade ao contexto amazônico específico que constitui o foco deste estudo. Como resultado desse processo, verificou-se que esses autores, embora partam de enfoques complementares - Singer com maior ênfase teórico-conceitual e Gaiger com abordagem mais empírico-analítica - concordam quanto ao potencial transformador da Economia Solidária como alternativa viável ao modelo hegemônico, ainda que apresentem diferenças significativas quanto às estratégias mais adequadas para sua consolidação e expansão. Ambos oferecem, cada

qual a seu modo, *frameworks* analíticos extremamente úteis para o estudo de experiências concretas no setor agroalimentar.

Para ilustrar a aplicação concreta desses princípios, foram selecionadas e analisadas quatro experiências emblemáticas no setor agroalimentar amazônico. Os dados utilizados são de natureza secundária, provenientes de relatórios, publicações e informações divulgadas pelas próprias cooperativas e associações mencionadas, bem como de estudos e artigos acadêmicos que abordam essas iniciativas. É importante ressaltar que este trabalho não consistiu em um estudo de caso aprofundado com coleta de dados primários, mas sim na sistematização e interpretação de informações já disponíveis e computadas.

As experiências analisadas são: a Cooperativa COFRUTA, a Cooperativa CASA P (na Ilha do Marajó), a APRAFAMTA (na Transamazônica) e a Cooperativa D'Irituia. Para cada uma delas, foram extraídos e contextualizados dados já existentes, que revelam a aplicação de princípios como autogestão, comércio justo, equidade de gênero, sustentabilidade integrada e inovação geracional. A análise desses dados permitiu identificar e discutir os impactos econômicos, ambientais e sociais alcançados por essas iniciativas, bem como os desafios estruturais que ainda enfrentam.

3. Resultados/Discussões

3.1 O Paradigma da Economia Solidária no Setor Agroalimentar:

O paradigma da Economia Solidária se apresenta como uma resposta sistêmica aos desafios do modelo agroalimentar convencional, pois se baseia em uma lógica radicalmente diferente da acumulação de capital. A autogestão democrática e a cooperação entre os membros, em contraste com a hierarquia empresarial, se manifestam em arranjos produtivos, onde os agricultores familiares decidem coletivamente sobre o ciclo produtivo e a distribuição dos resultados. Essa organização possibilita a construção de circuitos curtos de comercialização, que reconectam produtores e consumidores, eliminando intermediários e promovendo o comércio justo e a confiança. Além disso, a inseparável vinculação entre o econômico, o social e o ambiental eleva a sustentabilidade de um custo a ser evitado para um princípio fundacional. No setor agroalimentar, isso se traduz no fomento à agroecologia e na valorização do conhecimento tradicional e camponês, reforçando a conservação dos bens naturais e a inclusão

de grupos historicamente marginalizados. Assim, a Economia Solidária não apenas oferece uma alternativa econômica, mas um novo modo de vida e de organização social capaz de gerar desenvolvimento sustentável na sua essência.

3.2 Financeirização e concentração corporativa no sistema agroalimentar

O agronegócio e sua crescente financeirização são elementos centrais para compreender as atuais relações de poder no sistema alimentar global. Nas últimas décadas, um processo intenso de fusões e aquisições concentrou o controle do setor nas mãos de poucas corporações transnacionais, que passaram a exercer influência decisiva sobre mercados, tecnologias e estruturas políticas em escala mundial. Como detalha Abramovay (2021), o sistema agroalimentar financeirizado produz três contradições fundamentais: primeiro, a coexistência paradoxal entre superprodução e insegurança alimentar; segundo, a insustentabilidade ambiental inerente ao pacote tecnológico dominante (com seu uso intensivo de agrotóxicos e monocultivos); e terceiro, a erosão acelerada da diversidade cultural alimentar.

De fato, os lucros desse sistema mostram-se cada vez mais vinculados à exploração socioambiental, com graves consequências: degradação ecossistêmica, homogeneização cultural e aprofundamento das desigualdades (Sevilla-Guzmán; Soler Montiel, 2010). Essa dinâmica tem ameaçado sistematicamente a agricultura camponesa, promovendo a destruição de bens naturais e o desequilíbrio de agroecossistemas – um processo que revela as vulnerabilidades estruturais do modelo globalizado. Tais tendências reforçam a urgência de alternativas como a economia solidária e os circuitos curtos de comercialização, que oferecem caminhos para desconcentrar o poder e reconectar produção e consumo de forma mais justa e sustentável.

No plano ambiental, a crítica de Abramovay (2021) revela como o modelo hegemônico opera sob uma lógica de curto prazo, incompatível com os limites ecológicos do planeta. O uso intensivo de agrotóxicos, a degradação dos solos, a contaminação dos recursos hídricos e a perda acelerada de biodiversidade aparecem, não como falhas pontuais, mas como características intrínsecas de um sistema que prioriza o lucro imediato, sobre a sustentabilidade de longo prazo. Particularmente relevante para o contexto amazônico é sua análise sobre como a expansão das fronteiras agrícolas tem se dado à custa da destruição de ecossistemas críticos e do desrespeito aos territórios tradicionais.

3.2 Agroecologia no Brasil como alternativa ao sistema agroalimentar hegemônico

A agroecologia emerge como ciência e movimento em resposta aos questionamentos sobre os modelos convencionais de produção de alimentos. Como destaca Gliessman (2018), esta abordagem propõe transformações profundas no sistema alimentar, especialmente nas relações de poder e na conexão entre seres humanos e natureza. Fundamentada em princípios ecológicos, a agroecologia busca construir uma agricultura sustentável que valorize os saberes tradicionais, promova a justiça social e garanta o direito à terra e à alimentação saudável. Um aspecto crucial destacado por Gonçalves et al. (2022) é que o acesso pacífico aos territórios se mostra condição indispensável para que agricultores familiares possam desenvolver plenamente suas atividades produtivas.

No Brasil, a agroecologia ganhou maior expressão a partir de 2003, com marco significativo em 2012 com a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Contudo, como analisam Lourenço, Grisa e Schmitt (2022), sua implementação enfrentou obstáculos estruturais, especialmente pela forte influência do agronegócio nas políticas governamentais e pela visão predominante do espaço rural como mera fronteira de exploração econômica. Esse cenário se agravou com o recente desmonte de políticas para agricultura familiar e o fortalecimento político do agronegócio, evidenciado por iniciativas como a campanha "Agro é tudo".

3.3 Desafios e potencialidades da Economia Solidária no sistema agroalimentar

A Economia Solidária como uma alternativa no interior do sistema agroalimentar enfrenta desafios multidimensionais que limitam seu pleno desenvolvimento. Conforme Abramovay (2021), a concorrência desigual com o agronegócio, que dispõe de subsídios, escala produtiva e acesso privilegiado a mercados, representa uma barreira econômica significativa.

No âmbito institucional, a falta de políticas públicas continuadas e a burocracia para acessar programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) restringem seu potencial (Borsatto & Carmo, 2022). Desafios logísticos e tecnológicos, particularmente em regiões como a Amazônia (REIS, 2021), somam-se às dificuldades organizacionais inerentes à gestão coletiva (Gaiger, 2020).

Apesar desses obstáculos, a Economia Solidária mantém-se como alternativa viável, quando se observa experiências exitosas de cooperativas agroextrativistas. Programas como o PAA, conforme Moruzzi Marques (2022), foram fundamentais para alavancar a produção familiar, embora o PNAE tenha dado menor ênfase à agroecologia em sua reformulação.

Essas iniciativas mostram que, quando articuladas a políticas estruturantes, as práticas agroecológicas e solidárias podem promover sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e conectados com as realidades locais, contrastando com o modelo hegemônico baseado na exploração intensiva de recursos naturais e humanos.

3.4 Desenvolvimento sustentável e Agroecologia: integrando crescimento econômico com equidade social

O desenvolvimento sustentável propõe a integração entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, enquanto a agroecologia opera como ferramenta concreta para alcançar essa tríade no âmbito dos sistemas alimentares (Altieri, 2012).

O marco teórico da agroecologia combina três dimensões fundamentais para construir alternativas sustentáveis ao modelo agroindustrial dominante. Primeiramente, incorpora conhecimentos ecológicos profundos, como os princípios de sucessão natural e o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos, que permitem desenhar sistemas produtivos resilientes e adaptados aos ecossistemas locais. Em segundo lugar, valoriza os saberes tradicionais camponeses, acumulados ao longo de gerações de convivência harmoniosa com os territórios, que oferecem soluções testadas para o manejo da biodiversidade. E, Por fim, integra uma crítica política consistente à industrialização da agricultura, denunciando seus impactos na concentração de terras, na dependência de insumos externos e na degradação socioambiental (Altieri, 2012; Caporal, 2019).

Essa tríade conceitual - ciência ecológica, sabedoria tradicional e análise política - forma a base para propostas transformadoras que articulam produção de alimentos saudáveis, justiça social e conservação ambiental.

3.5 Experiências de Economia Solidária na Prática Amazônica

Para ilustrar a aplicação concreta dos princípios teóricos da Economia Solidária no setor agroalimentar amazônico, analisamos quatro experiências emblemáticas a saber: a Cooperativa COFRUTA que exemplifica o princípio da autogestão na prática, com seus 356 cooperados administram democraticamente 1,3 milhão de hectares de floresta manejada, obtendo preços 40% superiores aos do mercado convencional, através da certificação Fair Trade (COFRUTA,

2022). Este caso demonstra como a organização coletiva pode gerar simultaneamente conservação ambiental e melhoria de renda.

Na Ilha do Marajó, a Cooperativa CASA P, materializa o comércio justo e equidade de gênero, na medida em que as 68 pessoas associadas, na maioria mulheres ribeirinhas, quintuplicaram sua renda familiar, passando de cerca de R\$ 400 para R\$ 2.000 mensais, ao agregar valor ao açaí (*Euterpe oleracea*), através de processamento coletivo, reduzindo em 60% a dependência de intermediários locais, entre 2018-2023.

A APRAFAMTA é outra experiência que evidencia a sustentabilidade integrada, pois seus 120 associados, na Transamazônica, aumentaram em 35% a produtividade do cacau agroflorestal, enquanto reduziram o uso de agrotóxicos em 90%, abastecendo 12 escolas públicas, através do PNAE. Contudo, a falta de armazéns comunitários limita seu potencial comercial em 30%.

Por fim, a Cooperativa D'Irituia mostra inovação em termos geracionais, visto que 45 jovens agricultores, cerca de 30% dos cooperados desenvolveram um sistema de bioinsumos, que elevou em 25% a produção de hortaliças, abastecendo 15 feiras semanais em Belém. Seu desafio logístico e custos de transporte consomem 40% da renda, o que revela a necessidade de políticas específicas, para melhorar essa realidade.

As experiências apontadas, mesmo que de modo sintético, demonstram, de forma concreta, como a Economia Solidária produz transformações significativas nos territórios amazônicos. Os dados revelam impactos expressivos em três dimensões fundamentais:

- 1- econômica, com aumentos de renda que variam de 25% a 500% para os agricultores familiares e extrativistas envolvidos, como evidenciam os 40% de ganho na COFRUTA e os impressionantes 500% na CASA P;
- 2- ambiental, com a manutenção ativa de 1,3 milhão de hectares de floresta sob manejo sustentável pela COFRUTA, além da redução de 90% no uso de agrotóxicos alcançada pela APRAFAMTA, e;
- 3- social, exemplificada pela participação de 30% de jovens agricultores na Cooperativa D'Irituia. Contudo, esses avanços convivem com desafios estruturais que demandam políticas públicas adaptadas às realidades locais, particularmente no que se refere a infraestrutura, acesso a mercados e apoio técnico.

Os resultados quantitativos obtidos por essas iniciativas, mensurados em hectares conservados, porcentagens de aumento de renda e redução de insumos químicos, oferecem evidências robustas do potencial transformador da Economia Solidária, quando adequadamente articulada às especificidades culturais e ecológicas da Amazônia.

4. Considerações Finais

Neste artigo ensaístico, evidenciou-se que a Economia Solidária se consolida como uma alternativa viável e transformadora ao sistema agroalimentar hegemônico, especialmente no contexto amazônico. Ao integrar princípios de autogestão, práticas agroecológicas e circuitos curtos de comercialização, apresenta respostas efetivas às múltiplas crises do sistema atual, demonstrando capacidade única de conciliar produção alimentar, conservação ambiental e justiça social.

As experiências das cooperativas agroextrativistas e feiras livres ilustram que, na região amazônica, é possível realizar um padrão de desenvolvimento sob a perspectiva de inovação institucional vinculada a Economia Solidária, onde saberes tradicionais dialogam produtivamente com conhecimentos técnico-científicos. Essa sinergia tem gerado arranjos produtivos singularmente, adaptados às realidades locais, que são capazes de promover inclusão produtiva sem comprometer os ecossistemas.

A resiliência dessas iniciativas ficou particularmente evidente durante os desafios impostos pela pandemia, comprovando sua robustez como alternativa econômica. Contudo, permanecem desafios estruturais significativos em face do forte assimetria de poder frente ao agronegócio convencional, com seus acessos privilegiados a mercados e subsídios, fatores esses que continuam ser obstáculos consideráveis e igualmente preocupantes são as deficiências em infraestruturas logísticas em áreas remotas, particularmente quando não há políticas públicas específicas ou mesmo adequadas de apoio para fortalecer essas iniciativas.

O fortalecimento e a desburocratização de políticas públicas nacionais como o PAA e PNAE, precisam ser adaptações a fim de atenderem as necessidades específicas da realidade amazônica, além de fomento a pesquisas aplicadas, que mensuram os impactos socioeconômicos destas iniciativas emergentes e com medidas igualmente urgentes.

A Economia Solidária transcende sua dimensão econômica, configurando-se como um projeto político-pedagógico transformador, não apenas por recuperar a relação harmônica entre

sociedade e natureza, mas também reinventar as relações de produção e consumo, reafirmando a Amazônia como espaço privilegiado de inovação social.

As perspectivas futuras para essa alternativa concreta de desenvolvimento econômico com equidade social dependerão da capacidade de articular os três eixos estratégicos fundamentais: movimentos sociais locais; instituições de pesquisa e políticas públicas adequadas às práticas produtivas, nessa articulação é possível construir uma agenda de desenvolvimento regional, que coloque a sustentabilidade socioambiental no centro de suas prioridades, superando os limites do paradigma convencional.

5. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.** *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Editora USP, 2021.
- ALTIERI, M.** *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ARAÚJO, J. L. R. et al.** Agroecologia na agenda de políticas públicas para a agricultura familiar - tema coadjuvante no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, e290974. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.290974>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S.** Economia Solidária e políticas públicas no Brasil: limites e potencialidades. *Revista de Economia Solidária*, v. 15, n. 1, p. 45-60, 2022.
- BRASIL. Portaria Interministerial n. 1, de 3 de maio de 2016.** Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1036>. Acesso em: 27 maio 2025.
- CAPORAL, F. R.** Políticas públicas para agroecologia no Brasil: avanços e retrocessos. *Revista Agriculturas*, v. 12, n. 2, p. 30-45, 2019.
- DAMASCENO, W. M.** **Racismo, escravidão e capitalismo: uma abordagem marxista**. Bauru: Mireveja, 2022.
- GAIGER, L. I. et al.** Resiliência e economia solidária durante a pandemia: estudos de caso no Brasil. *Cadernos CRH*, v. 33, p. 89-104, 2020.
- GONÇALVES, L. S. et al.** Futuros imaginados: a agroecologia como referencial para uma nova geração de políticas públicas e ações coletivas. In: LOURENÇO, A. V. et al. **Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2022.
- LOBATO, G. S.** *Mulheres e agroecologia no Baixo Tocantins: saberes e práticas*. Belém: NAEA/UFPA, 2020.
- MORUZZI MARQUES, P. E.** O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a agricultura familiar na Amazônia. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. 1, p. 112-130, 2022.
- REIS, A. A.** *Agroecologia e manejo florestal no Nordeste Paraense*. Belém: EDUFPA, 2021.
- REIS, Adebardo Alves dos.** **Desenvolvimento Sustentável e Uso dos Recursos Naturais em Áreas de Várzea do Território do Baixo Tocantins da Amazônia**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTOS, R. M. Logística e comercialização de produtos da sociobiodiversidade no Acre. *Estudos Amazônicos*, v. 8, n. 2, p. 78-95, 2021.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; SOLER MONTIEL, M. Agroecologia e decolonialidade: resistências camponesas na América Latina. *Revista NERA*, v. 23, n. 55, p. 15-37, 2010.

SOUSA, R. P. *Feiras agroecológicas e circuitos curtos na Amazônia urbana*. Belém: Editora Pakatatu, 2022.

SOUZA, Armando Lirio de; BARBOSA, Maria José de Souza; REIS, Adebaro Alves dos. Incubadoras universitárias: inovação social e desenvolvimento. In: BOCAUYVA, Pedro Claudio Cunha; VARANDA, Ana Paula de Moura (Orgs.). **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR-UFRJ, 2009. p. 260-287

